



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
REITORIA**

Avenida Rio Branco, 50 – Santa Lúcia – 29056-255 – Vitória – ES

27 33577500

CONCURSO PÚBLICO

EDITAL Nº 02/2014

Professor do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico

ÁREA/SUBÁREA/ESPECIALIDADE: 210

DIREITO

Caderno de Provas

Questões Objetivas

INSTRUÇÕES:

- 1- Aguarde autorização para abrir o caderno de provas.
- 2- Após a autorização para o início da prova, confira-a, com a máxima atenção, observando se há algum defeito (de encadernação ou de impressão) que possa dificultar a sua compreensão.
- 3- A prova terá duração máxima de 04 (quatro) horas, não podendo o candidato retirar-se com a prova antes que transcorram 2 (duas) horas do seu início.
- 4- A prova é composta de 50 (cinquenta) questões objetivas.
- 5- As respostas às questões objetivas deverão ser assinaladas no Cartão Resposta a ser entregue ao candidato. Lembre-se de que para cada questão objetiva há **APENAS UMA** resposta.
- 6- O cartão-resposta deverá ser marcado, obrigatoriamente, com caneta esferográfica (tinta azul ou preta).
- 7- A interpretação dos enunciados faz parte da aferição de conhecimentos. Não cabem, portanto, esclarecimentos.
- 8- O Candidato deverá devolver ao Fiscal o Cartão Resposta, ao término de sua prova.

210 - DIREITO

01. Tendo sido esgotados os procedimentos de buscas de alguém desaparecido num acidente aéreo com um jatinho particular, é correto afirmar, quanto ao registro do óbito:

- a) Não depende de medida administrativa ou judicial, uma vez que é notória a probabilidade de morte do desaparecido, já que que estava em risco de morte.
- b) Dependerá de prévia ação declaratória judicial quanto à morte presumida, sendo que, nesse caso, não haverá a necessidade de decretação judicial de ausência.
- c) Dependerá de procedimento administrativo quanto à morte presumida, junto ao Registro Civil das Pessoas Naturais, devendo o Oficial do Cartório lançar 03 editais sucessivos, convocando o desaparecido a se apresentar na sede do Cartório. Caso não haja tal comparecimento, o Oficial do Cartório declarará a morte do desaparecido e fará o assento do óbito.
- d) Dependerá de procedimento administrativo quanto à morte presumida, junto ao Registro Civil das Pessoas Naturais, instruído com as provas do risco de morte. O Oficial do Cartório declarará a morte do desaparecido e fará o assento do óbito.
- e) Depende de prévia declaração judicial de ausência, por se tratar de desaparecimento de uma pessoa, sem que dela haja notícia.

02. Assinale a alternativa **INCORRETA** quanto à capacidade da pessoa:

- a) Em relação ao maior de 18 anos a presunção é de capacidade.
- b) A emancipação é um modo de aquisição da maioridade antes dos 18 anos completos.
- c) A emancipação pelo casamento não é revogada pelo divórcio do emancipado se este ocorrer antes da maioridade.
- d) Toda pessoa é capaz de direitos e deveres na ordem civil, independentemente de sua idade.
- e) A emancipação pelo casamento não é revogada pela viuvez do emancipado se esta ocorrer antes da maioridade.

03. Alguém constitui uma sociedade para a guarnição de todo seu ativo patrimonial, ficando o passivo na responsabilidade da pessoa do sócio. Terceiros contrataram com o sócio, em razão dessa aparência, mas não terão como executar bens da pessoa natural, uma vez que tais bens são inexistentes. A respeito dessa situação, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) Aos credores, caberá a propositura de ação de cobrança e a execução será suspensa até que o sócio constitua ativo patrimonial suficiente para o cumprimento da obrigação.
- b) O caso traz o exemplo de uma situação em que os credores podem pleitear a aplicação da desconsideração da personalidade jurídica da sociedade, uma vez que a pessoa jurídica foi utilizada de forma abusiva.
- c) Nesse caso, os credores podem pleitear a aplicação da teoria da desconsideração inversa da personalidade, pela qual será desconsiderada a personalidade do sócio para que os credores possam executar bens da sociedade.
- d) Como a sociedade foi utilizada de forma ilícita, com o objetivo de fraudar credores do sócio, o juiz poderá aplicar a teoria da desconsideração da personalidade, pela qual a pessoa jurídica perde sua personalidade, torna-se um ente despersonalizado, e seu patrimônio passa a se confundir com o patrimônio do sócio, para facilitar a execução.
- e) Nesse caso não se aplica a teoria da desconsideração da personalidade do art. 50 do Código Civil porque não houve confusão patrimonial. Devem os credores propor ação monitória para a cobrança dos créditos devidos pelo sócio.

04. A doação que Dona Filomena faz à Prefeitura do Município de Barra de São Francisco de um lote localizado na cidade, para que nele a administração municipal construa um hospital, representa um negócio jurídico com:

- a) Condição resolutiva.
- b) Condição suspensiva.
- c) Condição potestativa.
- d) Termo inicial.
- e) Modo.

05. Determinado empresário, por motivo de problemas com drogas, foi interditado em 2005, tendo sido nomeado um curador responsável pela administração de seus bens. A interdição cessou 05 anos depois. Em 2014, o empresário descobre que tem um crédito, vencido em 2003, para receber da ex-namorada do seu curador. A dívida nunca foi cobrada pelo curador. Sobre essa situação, assinale a alternativa **CORRETA**.

- a) O empresário poderá exigir da devedora o pagamento da dívida, uma vez que esta somente prescreverá em 2015.
- b) O empresário não poderá exigir da devedora o pagamento da dívida, pois esta prescreveu em 2008, não tendo mais qualquer meio para ser ressarcido de seu prejuízo.
- c) Como o empresário estava interditado, o prazo prescricional ficou suspenso de 2005 a 2010. Porém o empresário não poderá exigir da devedora o pagamento da dívida em 2014 porque esta prescreveu em 2013.
- d) O empresário não poderá exigir da devedora o pagamento da dívida, uma vez que esta prescreveu em 2008. Tem, porém, ação regressiva, até 2015, em face do curador, para exigir o pagamento da dívida que este deixou prescrever.
- e) O empresário não poderá exigir da devedora o pagamento da dívida, uma vez que esta prescreveu em 2008. Teria, porém, ação regressiva até 2013 em face do curador para exigir o pagamento da dívida que este deixou prescrever. Desse modo, o empresário ficará no prejuízo.

06. O devedor não consegue devolver as 500 sacas de café que tomou emprestadas com o credor porque o caminhão que fazia o transporte do bem foi atingido por forte tempestade, cuja força jamais havia sido registrada naquela região. Nesse caso, (1) o devedor está obrigado a cumprir com sua prestação, apesar do fortuito, (2) porque o objeto da prestação é um bem fungível.

A respeito das afirmativas 1 e 2 acima, é correto afirmar que:

- a) Ambas as afirmativas são verdadeiras, e a primeira justifica a segunda.
- b) A primeira afirmativa é verdadeira, e a segunda é falsa.
- c) A primeira afirmativa é falsa, e a segunda é verdadeira.
- d) Ambas as afirmativas são falsas.
- e) Ambas as afirmativas são verdadeiras, mas a segunda não justifica a primeira.

07. Animado com a previsão de boa safra de café do seu vizinho de propriedade, um fazendeiro propõe comprar a safra, a ser colhida daí a 05 meses, pelo valor de R\$ 25 mil. Coube a este fazendeiro se responsabilizar pela colheita do produto. Mas, atingida por uma praga, a lavoura de café produziu poucos grãos. Analise as proposições abaixo:

I – O devedor assumiu o risco quanto à quantidade da coisa futura, chamada *emptio rei speratae*.

II – Em regra, mesmo que se colha pequena quantidade, o devedor deverá pagar ao dono da lavoura o valor ajustado.

III – Como assumiu os riscos inerentes à quantidade da coisa, o devedor terá que pagar ao credor o valor ajustado, ainda que a pequena quantidade colhida tenha decorrido de negligência deste no cuidado da lavoura.

Assinale a opção que analisa corretamente as afirmativas acima:

- a) I, II e III estão corretas.
- b) Apenas I e II estão corretas.
- c) Apenas I e III estão corretas.
- d) Apenas II e III estão corretas.
- e) Apenas I é correta.

08. Paulo comprou mudas de café de Floriano. Em razão de as mudas apresentarem problemas nas raízes, o crescimento foi inferior ao esperado. Paulo sofreu prejuízos que totalizam R\$ 5 mil. Neste caso, (1) Paulo tem 90 dias para pleitear suas pretensões (2) porque o objeto contratado apresenta vício redibitório.

A respeito das afirmativas 1 e 2, é correto afirmar que:

- a) Ambas as afirmativas são verdadeiras, e a primeira justifica a segunda.
- b) A primeira afirmativa é verdadeira, e a segunda é falsa.
- c) A primeira afirmativa é falsa, e a segunda é verdadeira.
- d) Ambas as afirmativas são falsas.
- e) Ambas as afirmativas são verdadeiras, mas a segunda não justifica a primeira.

09. O pai vendeu, em 2007, uma casa para o filho, sem autorização da filha e da esposa. Esse pai faleceu em 2013. Assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) A compra e venda entre o pai e o filho não exige autorização da filha.
- b) A filha poderá anular a compra e venda feita entre o pai e irmão após a morte do pai.
- c) O direito da filha de anular o negócio entre pai e filho caducará 04 anos após descobrir o negócio.
- d) A compra e venda feita entre o pai e o filho deverá ser levada à colação na ação de inventário e partilha dos bens do pai, de modo que a filha ficará com mais bens que o irmão, como forma de compensação.
- e) A filha não poderá anular o negócio em 2013 e receberá a mesma quantidade de bens que o irmão na partilha da herança deixada pelo pai.

10. Foi feito um contrato de locação de imóvel urbano, cujo instrumento particular de contrato de locação não foi averbado junto ao Cartório de Registro de Imóveis no qual o bem se encontra matriculado. Nesse contrato de locação, assinado pelo proprietário e pelo locatário, consta uma cláusula na qual o locatário renuncia previamente a todas as ações judiciais a que teria direito em razão da locação. Passados 05 meses do início do contrato, o proprietário vendeu a casa para terceiro, sem comunicar ao locatário a referida alienação. Com relação ao ocorrido, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) O locatário perdeu o direito de preferência à venda do imóvel em razão da cláusula de renúncia.
- b) O locatário deverá desocupar o imóvel e não terá direito a nenhuma indenização, em razão da cláusula de renúncia.
- c) Em razão da renúncia antecipada, o proprietário não é obrigado a dar preferência ao locatário na venda, mas o locatário tem direito a ficar no imóvel por até 90 dias antes da posse efetiva pelo comprador, novo proprietário.
- d) O locatário tem direito à adjudicação compulsória em razão de seu direito de preferência.
- e) O locatário manteve o direito de preferência, porém sem eficácia real, e o desatendimento desse direito por parte do proprietário enseja indenização por perdas e danos.

11. Analise as proposições abaixo a respeito daquele que age em estado de necessidade cujo beneficiário desaparece e não se conseguem notícias de seu paradeiro:

I – Comete ato ilícito.

II – Não tem o dever de indenizar terceiros nos prejuízos que estes sofreram em razão de seu ato.

III – Embora não tenha praticado ato ilícito, tem o dever de indenizar terceiros prejudicados por seu ato porque se trata de hipótese de responsabilidade objetiva.

IV – Se do ato praticado em estado de necessidade resultar a morte de alguém que tenha filhos, estes terão sofrido danos morais e materiais, cabendo àquele que agiu em estado de necessidade o dever de indenizá-los por esses prejuízos.

Marque a opção que analisa corretamente as afirmativas acima.

- a) Somente I e II estão corretas.
- b) Somente III e IV estão corretas.
- c) Somente II está correta.
- d) Somente III está correta.
- e) Somente IV está correta.

12. Um terceiro foi vítima de uma briga entre duas pessoas num bar. Ele sofreu vários ferimentos, ficou internado por 30 dias e adquiriu várias cicatrizes no rosto e no corpo, que deformaram sua aparência. Ajuizou ação, pleiteando danos morais, estéticos e materiais. Assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) A vítima não poderá receber a indenização na forma pleiteada, já que não sofreu dano moral.
- b) A vítima terá direito a receber a indenização na forma pleiteada: o dano moral em razão das lesões e do sofrimento por ela sentido, o dano material em virtude do tempo que ficou sem trabalhar e o dano estético em razão das cicatrizes.
- c) A vítima terá direito apenas ao dano moral, em razão do sofrimento, e ao dano estético, em razão das cicatrizes. Quanto ao tempo em que ficou sem trabalhar, isso se traduz em lucros cessantes, que não foram pedidos, não podendo ser concedidos.
- d) A vítima terá direito apenas ao dano moral, já que o tempo que ficou sem trabalhar é considerado lucros cessantes, que não foram expressamente requeridos e não podem ser concedidos. Quanto ao dano estético, esse é inacumulável com o dano moral, já estando incluído neste.
- e) A vítima não poderá receber a indenização na forma pleiteada, já que o dano moral e o dano estético são inacumuláveis. Assim, terá direito apenas ao dano moral, em razão do sofrimento e das cicatrizes, e ao dano material, em razão do tempo que ficou sem trabalhar.

13. Chegado o *dies ad quem* do empréstimo de um chalé feito por 06 meses pelo proprietário a um ex-cunhado, este se recusou a devolver o bem, alegando que deveria ser reembolsado pelo pagamento das contas de luz e água do período em que esteve morando no chalé, tendo, portanto, direito de retenção. O proprietário tentou amigavelmente a restituição do bem, não tendo obtido êxito. Assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) O proprietário tem o direito de propor uma ação de despejo porque o ex-cunhado praticou esbulho.
- b) A ação proposta pelo proprietário será suspensa porque o ex-cunhado tem direito de retenção até o reembolso das despesas ordinárias que teve na utilização do bem.
- c) O juiz deverá realizar a inspeção judicial no imóvel objeto do litígio, sendo tal diligência requisito para a concessão de qualquer medida judicial nesse caso.
- d) Como o caso trata de uma hipótese de posse velha, ou seja, existente antes do esbulho, a concessão de liminar de reintegração de posse contra o réu depende de comprovação de *fumus boni juris* e *periculum in mora*.
- e) O proprietário tem direito de propor uma ação de reintegração de posse de força nova, já que o esbulho ocorreu há menos de 01 ano e 01 dia. Nesse caso, ao examinar o pedido de liminar constante da petição inicial, o juiz deve deferi-la de plano, *inaudita altera parte*, e independentemente de comprovação de *fumus boni juris* e *periculum in mora*, se a petição inicial estiver devidamente instruída e sendo a ação entre particulares.

14. Um grupo de doceiras do centro de Barra de São Francisco adquiriu de um comerciante a posse de um lote de 229,68m² (duzentos e vinte e nove vírgula sessenta e oito metros quadrados), localizado em uma rua movimentada, com a finalidade de transformar a área em uma feira permanente de comidas típicas, na qual as moradoras da região, famosas pelos seus produtos, poderiam expor e comercializar seus doces. A posse nunca foi levada a registro. A área, que deu lugar à feira, foi ocupada por 36 barraquinhas de 72 doceiras. Durante 06 anos a feirinha funcionou como área de lazer da cidade e muitas mulheres tiram dali o sustento de suas famílias. Ocorre que, após todo esse tempo, José apareceu, alegando ter recebido aquele lote como herança de seu tio e afirmando que o comerciante que o vendera para as doceiras nunca foi o proprietário do bem. José propõe uma ação reintegratória em face das doceiras. Elas, desesperadas, procuram você, advogado(a), para saber se têm algum direito. Como advogado(a) das rés, assinale a alternativa que contém a tese que deverá ser sustentada judicialmente para a tutela dos interesses das suas clientes.

- a) As doceiras têm direito à usucapião especial urbana do *caput* do art. 1.240 do Código Civil.
- b) As doceiras têm direito à usucapião especial urbana coletiva, prevista no *caput* do art. 10 da Lei nº. 10.257/2001 (Estatuto da Cidade).
- c) Como o imóvel está situado em Barra de São Francisco, as doceiras têm direito à usucapião especial rural, prevista no art. 1.239 do Código Civil.
- d) As doceiras têm direito à usucapião extraordinária do parágrafo único do art. 1.238 do Código Civil, já que, como realizaram obras e serviços de caráter produtivo no lote, enquadram-se na hipótese de redução do prazo da referida espécie de usucapião.
- e) As doceiras têm direito à desapropriação judicial privada por posse-trabalho, prevista nos §§ 4º e 5º do art. 1.228 do Código Civil, devendo, para fazer jus à aquisição da propriedade, pagar justa indenização ao proprietário do imóvel, a ser fixada pelo juiz.

15. João e Maria estavam noivos desde 2010. Maria vive da renda da locação de uma casa que recebeu de herança de seu pai e não trabalha fora. João é motorista de ônibus. Em 2011, João conseguiu, finalmente, quitar seu apartamento em Colatina. Tendo onde morar, o casal decide se casar. O casamento foi celebrado em 2012 sem pacto antenupcial. No início de 2013, João comprou uma moto para ir para o trabalho e um carro 1.0 para passear nos finais de semana com a esposa. Mas, no final de 2013, João decidiu pôr fim ao casamento, porque estava apaixonado por uma colega de trabalho, e disse a Maria que queria acabar com o relacionamento amigavelmente. Maria ficou inconformada e disse que o marido não se livraria dela tão facilmente e que, se ele quisesse acabar com o casamento, teria que dar tudo o que ele tinha para ela, afinal, ele era o culpado pela falência da vida em comum. Ante a recusa da esposa em resolver o conflito amigavelmente, João decidiu propor uma ação de divórcio combinada com partilha de bens. Nesse caso, assinale a alternativa que contém os bens que deverão ser partilhados entre os divorciandos:

- a) casa, apartamento, moto e carro
- b) apartamento, moto e carro
- c) moto e carro
- d) apenas o carro
- e) casa e apartamento

16. Pedro, de 49 anos, e Carlinhos, de 19 anos, namoram desde 2011 e decidiram, em fevereiro de 2012, assumir publicamente sua orientação sexual e seu relacionamento e morar juntos. Carlinhos é estudante de Administração e estagiário, ganhando R\$ 500,00 por mês. Pedro é advogado. Em julho de 2012, Pedro comprou um apartamento, onde passou a morar com Carlinhos, em Colatina, cujo valor estimado é de R\$ 200 mil. Em janeiro de 2013, Pedro recebeu de herança uma casa, em João Neiva, no valor de R\$ 80 mil e um carro estimado em R\$ 30 mil, em virtude do falecimento de seu pai. Pedro vendeu a casa de João Neiva para comprar um apartamento em Guriri, pelo mesmo valor (R\$ 80 mil). Em agosto de 2013, Pedro faleceu em um acidente de automóvel, deixando como parente mais próximo sua mãe, Dona Amélia, que nunca aprovou seu relacionamento com Carlinhos, pois é uma senhora muito religiosa. Dona Amélia foi até o apartamento onde Pedro morava com Carlinhos para dizer a este que, como herdeira do filho, queria que ele desocupasse o imóvel imediatamente. Assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) Em razão do reconhecimento da união estável entre pessoas do mesmo sexo pelo Supremo Tribunal Federal (STF), Carlinhos tem direito à meação de todos os bens deixados por Pedro.
- b) Como o relacionamento de Pedro e Carlinhos configura uma sociedade de fato, não havendo esforço comum, Dona Amélia ficará com todos os bens de Pedro.
- c) Carlinhos tem direito à metade do apartamento cujo valor é R\$ 200 mil.
- d) Carlinhos tem direito a 50% dos seguintes bens: apartamento cujo valor é R\$ 200 mil; carro no valor de R\$ 30 mil; e apartamento em Guriri no valor de R\$ 80 mil.
- e) Carlinhos terá direito apenas àquilo que contribuiu com esforço comum para que Pedro adquirisse, na proporção desse esforço, a ser apurada pela Contadoria do Fórum em que tramitar o processo de inventário e partilha de Pedro.

17. A respeito da demanda judicial por alimentos para filhos menores, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) O rito especial da Lei de Alimentos (Lei nº. 5.478/68) se aplica apenas nas hipóteses de prova pré-constituída do vínculo de parentesco.
- b) Alimentos provisórios previstos na Lei de Alimentos (Lei nº. 5.478/68) são dados de pleno direito, independentemente de comprovação de *fumus boni juris* e *periculum in mora*.
- c) O valor da causa na ação de alimentos deve ser o equivalente à soma de 12 prestações mensais pedidas pelo autor.
- d) A pena de prisão civil por dívida de alimentos caberá apenas quanto às 03 últimas parcelas inadimplidas e aquelas que se vencerem no curso do processo. Quanto às parcelas pretéritas devidas pelo alimentante, isto é, aquelas anteriores aos 03 últimos meses, a pena cabível é de penhora de bens, não cabendo prisão civil.
- e) Como o direito a alimentos é imprescritível, pode o alimentando em 2014 exigir o pagamento de pensão alimentícia vencida e não paga no ano de 2010, inclusive sob pena de prisão civil.

18. Paulo teve um filho com Glória em 1998, cujo nome é Marcos. Em 2008, Paulo e Glória se divorciaram. Glória, no papel de mãe, representando o filho, propôs ação de alimentos, que tramitou na 2ª Vara de Família de Colatina com o nº. 826647288-987/2008. Desde então, Paulo vem pagando regularmente a pensão no valor de R\$ 150,00. Em 2008, a renda de Paulo era de R\$ 800,00. Em 2010, Paulo se casou com Aparecida e, no ano seguinte, tiveram um casal de gêmeos. Em 2012 ele teve mais um filho com Aparecida: João, com necessidades especiais. Aparecida teve que pedir demissão do emprego para cuidar dos filhos, sendo que o caçula necessitava de cuidados constantes, com médico, fisioterapia e hospital. No início de 2013, Paulo perdeu o emprego. O novo trabalho que conseguiu lhe garante uma remuneração equivalente a um salário mínimo. Nesse caso, (1) ante a queda da renda e o aumento das despesas com os outros filhos, em 2014 Paulo poderá propor ação de exoneração de alimentos em face de Marcos (2) porque Marcos conta com 16 anos e já pode trabalhar como menor aprendiz.

A respeito das afirmativas 1 e 2, é **CORRETO** afirmar que:

- a) Ambas as afirmativas são verdadeiras, e a primeira justifica a segunda.
- b) A primeira afirmativa é verdadeira, e a segunda é falsa.
- c) A primeira afirmativa é falsa, e a segunda é verdadeira.
- d) Ambas as afirmativas são falsas.
- e) Ambas as afirmativas são verdadeiras, mas a segunda não justifica a primeira.

19. Sobre a sucessão legítima, analise as proposições abaixo:

I – Luiz, solteiro, morre e deixa um filho que teve na adolescência, que registrou, mas com o qual nunca teve contato. Nesse caso, todos os bens de Luiz ficarão para esse filho, afastando da sucessão seus pais, únicos parentes com os quais tinha contato.

II – Mário é casado com Ana. Ele não tem filhos e seus pais morreram quando ele era jovem. Mário tem 02 irmãos vivos. Se Mário morrer, toda sua herança ficará para Ana.

III – Clóvis não casou, não tem filhos e seus pais são mortos. Tem 03 irmãos vivos. Se Clóvis desejar fazer um testamento deixando bens para uma igreja, deverá reservar 50% do seu patrimônio para os irmãos.

Marque a opção que analisa corretamente as proposições acima.

- a) As proposições I, II e III são verdadeiras.
- b) Apenas as proposições I e II são verdadeiras.
- c) Apenas as proposições I e III são verdadeiras.
- d) Apenas as proposições II e III são verdadeiras.
- e) Apenas a proposição I é verdadeira.

20. A companheira ou o companheiro participará da sucessão do outro, quanto aos bens adquiridos onerosamente na vigência da união estável, nas condições seguintes:

I – Se concorrer com filhos comuns, terá direito a uma quota equivalente à que por lei for atribuída ao filho.

II – Se concorrer com descendentes só do autor da herança, tocar-lhe-á a metade do que couber a cada um daqueles.

III – Se concorrer com outros parentes sucessíveis, terá direito a um terço da herança.

IV – Não havendo parentes sucessíveis, terá direito à totalidade da herança.

Assinale a alternativa correta:

- a) I, II, III e IV são verdadeiras.
- b) Apenas I, II e III são verdadeiras.
- c) Apenas III e IV são verdadeiras.
- d) Apenas I e II são verdadeiras.
- e) Apenas II e III são verdadeiras.

21. Assinale a alternativa que **NÃO** corresponde às hipóteses de cabimento do Recurso Extraordinário.

- a) Contrariar dispositivo da Constituição Federal.
- b) Declarar a inconstitucionalidade de tratado ou lei federal.
- c) Julgar válida lei ou ato de governo local contestado em face da Constituição Federal.
- d) Julgar válida lei local contestada em face de lei federal.
- e) Julgar válido ato de governo local contestado em face de lei federal.

22. Assinale a alternativa que **NÃO** corresponde às hipóteses de cabimento de Recurso Ordinário perante o STJ e/ou STF.

- a) Os "habeas-corpus" decididos em única ou última instância pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, quando a decisão for concessiva.
- b) Os mandados de segurança decididos em única instância pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, quando denegatória a decisão.
- c) As causas em que forem partes Estado estrangeiro ou organismo internacional, de um lado, e, do outro, Município ou pessoa residente ou domiciliada no País.
- d) Os "habeas-corpus", o mandado de segurança, o "habeas-data" e o mandado de injunção decididos em única instância pelos Tribunais Superiores, se denegatória a decisão.
- e) O crime político.

23. Assinale a alternativa **INCORRETA** quanto à admissibilidade do Recurso Especial perante o STJ.

- a) A simples interpretação de cláusula contratual não enseja recurso especial.
- b) A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial.
- c) A questão federal ventilada no voto vencido atende ao requisito do prequestionamento.
- d) A divergência entre julgados do mesmo Tribunal não enseja recurso especial.
- e) Não cabe recurso especial contra decisão proferida por órgão de segundo grau dos Juizados Especiais.

24. Do ato administrativo ou decisão judicial que contrariar a súmula aplicável ou que indevidamente a aplicar, caberá ao Supremo Tribunal Federal:

- a) Recurso Extraordinário.
- b) Recurso Ordinário.
- c) Agravo.
- d) Reclamação.
- e) Embargos de divergência.

25. São cabíveis embargos infringentes quando

- a) o acórdão não unânime houver mantido, em grau de apelação, a sentença de mérito, ou houver julgado procedente ação rescisória.
- b) o acórdão não unânime houver reformado, em grau de apelação, a sentença de mérito, ou houver julgado procedente ação rescisória.
- c) o acórdão não unânime houver reformado ou mantido, em grau de apelação, a sentença, seja ou não de mérito, ou houver julgado procedente ação rescisória.
- d) o acórdão, mesmo que unânime, houver reformado, em grau de apelação, a sentença de mérito, ou houver julgado procedente ação rescisória.
- e) o acórdão, mesmo que unânime, houver reformado, em grau de apelação, a sentença, seja ou não de mérito, ou houver julgado improcedente ação rescisória.

26. O art. 52, X, da Constituição Federal dispõe que compete privativamente ao Senado Federal "suspender a execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal". Segundo a jurisprudência do STF, o artigo em exame é aplicado

- a) no controle de constitucionalidade difuso, apenas.
- b) no controle de constitucionalidade concentrado e no difuso.
- c) no controle de constitucionalidade concentrado, apenas.
- d) no controle de constitucionalidade concentrado e no controle exercido mediante a arguição de descumprimento de preceito fundamental.
- e) no controle de constitucionalidade concentrado, mediante a ação direta de inconstitucionalidade por omissão.

27. À luz do entendimento moderno do STF, assinale a alternativa **INCORRETA** quanto à ADPF, regulada pelo art. 102, §1º, CF.

- a) Não caberá ADPF em face de veto presidencial.
- b) Não será admitida ADPF quando houver qualquer outro meio eficaz de sanar a lesividade.
- c) Por intermédio da ADPF, é possível que o legitimado requeira diretamente que o STF realize uma interpretação conforme a Constituição.
- d) O Procurador-Geral da República só poderá ajuizar ADPF se a matéria envolvida possuir relação com a União Federal.
- e) Podem propor ADPF os legitimados para a ação direta de inconstitucionalidade.

28. Seguindo a linha adotada pelo STF, ao apreciar a Adin 2, em que se interpretou o alcance hermenêutico do art. 102, I, "a", CF, pode-se dizer que uma lei anterior à Constituição e com ela materialmente incompatível é uma norma

- a) revogada.
- b) inconstitucional.
- c) inválida.
- d) inexistente.
- e) nula.

29. Nas hipóteses de norma de reprodução idêntica e obrigatória (Constituição Federal e Constituição Estadual), em que o Governador ajuíza ADIn, alegando ofensa de lei municipal em face da Constituição Estadual, a competência se dará da seguinte forma, conforme se abstrai da dicção dos arts. 102, I, “a” e 125, § 2º, CF:

- a) Caberá ao STF apreciar a ADIn.
- b) Caberá ao TJ apreciar a ADIn.
- c) Caberá ao TJ apreciar a ADIn, cabendo, entretanto, Recurso Extraordinário para o STF.
- d) Caberá ao STF apreciar a ADIn, podendo delegar essa competência ao TJ.
- e) Caberá ao STJ apreciar a ADIn, cabendo, entretanto, Recurso Extraordinário para o STF.

30. Segundo o entendimento do STF quanto à legitimidade para propor Ação Direta de Inconstitucionalidade, nos termos do art. 103, CF, assinale a alternativa a **INCORRETA**:

- a) O Procurador-Geral da República possui legitimidade universal.
- b) O Conselho Federal da OAB está limitado pela pertinência temática.
- c) A Confederação sindical está limitada pela pertinência temática.
- d) O Presidente da República possui legitimidade universal.
- e) A Mesa do Senado Federal possui legitimidade universal.

31. Segundo o nosso ordenamento jurídico: os prazos processuais regulados pelo Código de Processo Civil (arts. 241, 242 e 232) **NÃO** estão de acordo com a seguinte assertiva:

- a) Quando a citação ou intimação for pelo correio, o prazo começa a correr da data de juntada aos autos do aviso de recebimento.
- b) Quando a citação ou intimação for por oficial de justiça, o prazo começa a correr da data de juntada aos autos do mandado cumprido.
- c) Quando houver vários réus, o prazo começa a correr da data de juntada aos autos do último aviso de recebimento ou mandado citatório cumprido.
- d) Quando o ato se realizar em cumprimento de carta de ordem, precatória ou rogatória, o prazo começa a correr da data de sua juntada aos autos devidamente cumprida.
- e) Na citação por edital, após o fim da dilação determinada pelo juiz, que será de no máximo 30 dias, correndo da data da primeira publicação, em observância à duração razoável do processo constitucionalmente assegurada.

32. Quanto aos prazos processuais regulados no CPC, segundo a contagem do prazo, é **CORRETO** afirmar:

- a) Quando se trata de recursos, o prazo deverá ser contado da data de intimação dos advogados da decisão, sentença ou acórdão, reputando-se intimados na audiência, mesmo quando a sentença ou decisão não seja nela publicada.
- b) Quando do início da contagem do prazo, salvo disposição em contrário, computar-se-ão os prazos, incluindo o dia do começo e incluindo o do vencimento (art. 184, *caput* do CPC).
- c) A contagem do prazo se inicia independentemente de ser dia útil (arts. 184, § 2º, e 240, parágrafo único, CPC).
- d) O último dia do prazo deverá ser prorrogado até o primeiro dia útil se o expediente for encerrado antes da hora normal (art. 184, § 1º, CPC).
- e) Considera-se prorrogado o prazo se for determinado o fechamento do fórum, se o expediente se iniciar antes ou depois da hora normal e se cair em dia feriado.

33. Os prazos processuais do CPC encontram-se conformes aos preceitos constitucionais e legais na seguinte assertiva:

- a) Contam-se os dias não úteis do meio do prazo, pois o prazo estabelecido, pela lei ou pelo juiz, é contínuo, não se interrompendo nos feriados (art. 178, CPC).
- b) O prazo estabelecido pela lei ou pelo juiz é descontínuo, interrompendo-se nos feriados e dias sem expediente forense.
- c) À exceção do primeiro dia útil, contam-se regularmente os outros dias do prazo que caíam em dias não úteis (por exemplo os sábados, domingos e feriados), inclusive para fins de vencimento do prazo, não se admitindo prorrogação dos prazos peremptórios.
- d) Considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil se o vencimento cair em feriado municipal de município que não seja sede da Comarca, mesmo quando for regular o expediente forense, apenas para os advogados nela residentes.
- e) Prorroga-se o prazo se o último dia cair em dia em que o expediente do fórum começou mais tarde, caso em que o prazo se encerrará nessa data mesmo.

34. Sobre a (re)apresentação processual no CPC e a capacidade postulatória é **INCORRETO** afirmar:

- a) Verificada a continuidade da incapacidade processual ou a irregularidade da representação, não sendo cumprido o despacho para ser sanado o feito, após o transcurso do prazo razoável que o juiz assinar para sua regularização, o juiz deverá, quando cabível: ao autor, decretar a nulidade do processo; ao réu, reputar revel; ao terceiro, excluí-lo do processo (art. 13, CPC).
- b) Serão representados em juízo, ativa e passivamente, o Município, por seu prefeito ou procuradores; a massa falida, pelo síndico; o espólio, pelo inventariante (art. 12, II, III e V, CPC).
- c) As pessoas jurídicas serão representadas ativa e passivamente em juízo somente por seus diretores, sendo vedada a designação de (re)presentante por previsão estatutária, e, no caso das sociedades estrangeiras, a (re)apresentação por gerente da filial ou agência para recebimento da citação em processo de conhecimento, de execução, cautelar e especial (art. 12, VI, CPC).
- d) O condomínio será representado em juízo, ativa ou passivamente, pelo seu administrador ou pelo síndico (art. 12, IX, CPC).
- e) As sociedades sem personalidade jurídica, quando demandadas, não poderão opor a irregularidade de sua constituição, sendo (re)apresentadas pela pessoa a quem couber a administração dos seus bens (art. 12, VII, § 2º, CPC).

35. A respeito das condições da ação e os pressupostos processuais, é **CORRETO** afirmar:

- a) Para aferir a validade e o desenvolvimento regular do processo é necessário verificar se estão presentes as condições da ação. A ausência das condições da ação implicará a nulidade do processo.
- b) Quando não estiverem presentes as condições da ação, o juiz deverá indeferir liminarmente a petição inicial por falta de justa causa, mesmo se tratando de matéria de fato e de direito, caso em que aplicará o princípio da causa madura.
- c) Na substituição processual ocorrente nos processos coletivos, o interesse de agir é aferido a partir do interesse dos substituídos. Os substitutos processuais, conforme o caso, deverão comprovar a “representação adequada” para fins de aferir a sua legitimação processual, a exemplo da previsão *ope legis* de constituição há mais de um ano para as associações civis.
- d) A conexão e a continência são pressupostos processuais negativos, mas, para parcela da doutrina, se confundem com condições de procedibilidade da ação.
- e) O substituído pode ingressar como assistente litisconsorcial apenas no processo que a substituição for exclusiva por legitimação ordinária.

36. O advogado que reter os autos indevidamente, excedendo o prazo legal,

- a) perderá o direito de vista dos autos fora do cartório e incorrerá em multa se, intimado pela imprensa oficial, deixar de devolver os autos no prazo de 48 horas.
- b) perderá o direito de vista dos autos fora do cartório e incorrerá em multa se, intimado pessoalmente, deixar de devolver os autos imediatamente ao oficial de justiça que realizar a intimação.
- c) perderá o direito de vista dos autos fora do cartório e incorrerá em multa se, intimado pela imprensa oficial, deixar de devolver os autos no prazo de 24 horas.
- d) perderá o direito de vista dos autos fora do cartório e incorrerá em multa se, intimado pessoalmente, deixar de devolver os autos no prazo de 24 horas.
- e) Não incorrerá em sanções na primeira intimação, sendo necessário o requerimento da parte contrária.

37. A intervenção do Ministério Público no processo civil

- a) não é obrigatória, mas sim facultativa, independentemente de previsão legal.
- b) ocorre sempre que, a juízo do magistrado, exista interesse público na demanda qualificado pela qualidade da parte ou natureza da lide.
- c) poderá ocorrer quando o Ministério Público vislumbrar a presença de interesse público primário qualificado pela natureza da lide ou qualidade da parte, nos termos da norma prevista no CPC.
- d) geralmente não é admitida nas ações para defesa de interesses de incapazes ajuizadas pela defensoria pública, pois é desnecessária a dupla tutela dos interesses de incapazes na lide.
- e) Ocorre, de regra, *iussu iudicis*.

38. Para o caso de membro do Ministério Público atuando como parte ou fiscal da lei (sic. *custus iuris*) é **INCORRETO** afirmar que:

- a) Atuando como fiscal da lei terá vista dos autos antes das partes sempre que o juiz entender necessária sua manifestação, sendo intimado apenas dos atos processuais que disserem respeito à causa da intervenção.
- b) Em ambos os casos poderá requerer a produção de provas, diligências e tutela antecipada.
- c) Como fiscal da lei, terá vistas dos autos depois das partes, sendo intimado de todos os atos do processo.
- d) Não precisa ser ouvido pelo juízo antes do deferimento do pedido de tutela antecipada *inaudita altera parte*.
- e) É obrigatória sua intervenção em todas as ações em que houver a presença de incapazes, sendo dividida a doutrina quanto à necessidade de manifestação sobre o mérito nos casos em que resultar em prejuízo para o incapaz (intervenção *ad coadjuvandum*).

39. À competência no CPC e nos processos coletivos **NÃO** corresponde a seguinte afirmativa:

- a) Tem por critérios o funcional/hierárquico e material, no que tange à competência absoluta, reconhecendo-se no processo coletivo ambiental a competência absoluta territorial do local do dano, denominada equivocadamente “funcional” pela lei da ação civil pública (art. 2º, LACP).
- b) Tem por critérios, como regra geral, o valorativo e territorial, no que tange à competência relativa nos processos individuais.
- c) É privativa do foro do Distrito Federal quando se tratar de dano de âmbito nacional nos processos coletivos.
- d) A competência absoluta não é derogável, podendo ser reconhecida a incompetência de ofício pelo juiz a qualquer momento ou grau de jurisdição.
- e) A competência relativa admite foro de eleição.

40. Quanto às nulidades no processo civil, é **CORRETO** afirmar:

- a) Quando previstas em lei, podem favorecer a parte que lhes deu causa.
- b) Segundo o princípio *pas de nullité sans grief*, o juiz jamais poderá convalidar um ato praticado em desconformidade com a norma processual que estabeleça nulidade absoluta, mesmo que alcance sua finalidade.
- c) Não há regra nem sanção prevista no CPC para o caso de a parte beneficiada pela nulidade deixar de alegá-la no momento oportuno.
- d) A ausência de intervenção do Ministério Público pode ser suprida em segundo grau, não gerando nulidade.
- e) Quando a lei considerar obrigatória a intervenção do Ministério Público, a sua não intervenção acarretará nulidade absoluta, nos termos dos arts. 84 e 246, independentemente de o interesse que o Ministério Público visa a tutelar estar resguardado no processo e mesmo que ocorra a incidência do princípio *pas de nullité sans grief*.

41. Conforme as normas de competência legislativa previstas na Constituição Federal, em matéria de processo e procedimento, é **INCORRETO** afirmar:

- a) A competência para regular os procedimentos é concorrente entre União e Estados.
- b) A competência para regular a criação, o funcionamento e os processos relativos aos juizados especiais é concorrente entre União e Estados.
- c) É vedada a edição de medida provisória em matéria processual civil.
- d) Compete privativamente à União legislar sobre direito processual e procedimentos em matéria processual.
- e) Apesar da duvidosa constitucionalidade em face da ausência dos pressupostos da relevância e urgência, as medidas provisórias em matéria processual editadas antes da Emenda Constitucional nº 32 continuam em vigor até que medida provisória ulterior as revogue explicitamente ou até deliberação definitiva do Congresso Nacional.

42. A respeito de prova e procedimento probatório, aponte a assertiva **CORRETA**:

- a) A valoração da prova no processo civil brasileiro se dará segundo o livre convencimento do juiz.
- b) Ninguém se exime do dever de colaborar com o Poder Judiciário para o descobrimento da verdade, admitindo-se a escusa da parte ou do terceiro de exibir documento ou coisa se concernente a negócios da própria vida da família, mesmo quando tenham direta relação com a causa.
- c) Todos os meios legais, bem como os moralmente legítimos, desde que especificados no CPC, são hábeis para provar a verdade dos fatos, uma vez que no direito brasileiro não se admitem as provas ilícitas e as provas atípicas.
- d) O ônus da prova no direito processual brasileiro pode ser admitido como regra de instrução ou atividade e como regra de julgamento ou decisão e somente se pode falar em dinamização do ônus da prova e em inversão do ônus da prova a partir da admissão no direito brasileiro do ônus da prova como regra de instrução.
- e) A *probatio diabolica* visa a reconhecer o *non liquet*, podendo, nestes casos, o juiz deixar de decidir.

43. A tutela de urgência, a tutela antecipada e a tutela cautelar devem ser corretamente compreendidas a partir da seguinte assertiva:

- a) A tutela inibitória e a tutela de remoção do ilícito são formas de tutela de urgência e preventivas do dano.
- b) A tutela antecipada prevista no art. 273 do CPC pode ser deferida de ofício pelo juiz, independentemente do requerimento da parte ou do Ministério Público, salvo quando se tratar de obrigações de fazer e não fazer.
- c) A efetivação da tutela antecipada observará, no que couber e conforme sua natureza, as normas previstas para a execução provisória, efetivação das obrigações de fazer e não fazer e de entrega de coisa.
- d) A tutela antecipada poderá ser revogada ou modificada a qualquer tempo e é vedada a fungibilidade do pedido de tutela antecipada em concessão de providência de natureza cautelar em caráter incidental.
- e) A tutela antecipada no direito brasileiro atual tem autonomia procedimental, não tendo natureza interinal.

44. Segundo o regime processual da execução e do cumprimento da sentença no CPC, é **CORRETO** afirmar:

- a) São tutelas jurisdicionais que exigem execução ou cumprimento a tutela constitutiva e a tutela condenatória.
- b) O rol de medidas judiciais alternativas à tutela específica, previsto no art. 461, § 5º, é taxativo.
- c) As tutelas específicas ou pelo resultado equivalente admitem a conversão *in pecunia* sempre que o autor a requerer e independentemente da disponibilidade do direito tutelado.
- d) O cumprimento da sentença se fará no mesmo processo, conforme os arts. 461 e 461-A do CPC, salvo quando se tratar de obrigação de pagar quantia certa, quando se dará por execução, nos termos do Capítulo X do CPC (Do Cumprimento da Sentença).
- e) A impugnação à execução terá geralmente o efeito suspensivo.

45. O microsistema do processo coletivo é composto de diversas leis que se interpenetram e se subsidiam mutuamente. Sobre o microsistema do processo coletivo e a defesa dos direitos difusos, coletivos *stricto sensu* e individuais homogêneos

- a) é incorreto afirmar que as normas do CPC apenas se aplicam quando não resultarem em prejuízo para a defesa dos interesses tutelados e respeitarem os princípios e a lógica próprias do microsistema.
- b) é correto afirmar que se admite a intervenção móvel ou despolarização da demanda todas as vezes que o interesse público assim o indicar a juízo do representante legal da pessoa jurídica de direito público, podendo, então, a pessoa jurídica inicialmente arrolada como réu contestar a ação, atuar ao lado do autor da ação ou deixar de contestar (art. 6º, § 3º da Lei da Ação Popular e art. 17, § 3º da Lei de Improbidade Administrativa).
- c) é correto afirmar que, segundo a regra do microsistema, estão legitimados para ajuizar a ação civil pública e a ação popular o Ministério Público, os cidadãos e a defensoria pública, além de outros legitimados previstos em lei.
- d) é incorreto afirmar que o Ministério Público, sempre que não for parte, irá atuar como fiscal da lei (sic. *custus iuris*), salvo no caso de mandado de segurança coletivo, para o qual não possui legitimação processual.
- e) é correto afirmar que no direito processual coletivo, por força do microsistema, as ações civis públicas prescrevem em cinco anos, por analogia ao disposto na lei da ação popular, independentemente da matéria veiculada na ação, sendo a prescrição nestes casos uma norma de direito processual.

LEGISLAÇÃO

46. A vacância do cargo público está prevista no artigo 33 da Lei 8.112/90 e decorre de:

- a) exoneração, promoção e ascensão.
- b) promoção, aposentadoria e transferência.
- c) remoção, ascensão e aproveitamento.
- d) falecimento, posse em outro cargo inacumulável e aposentadoria.
- e) readaptação, transferência e aposentadoria.

47. Considerando ser o Provimento o ato administrativo por meio do qual é preenchido cargo público, com a designação de seu titular, analise as afirmativas:

I. O aproveitamento é forma de provimento originário e é configurado como o retorno à atividade de servidor em disponibilidade, em cargo de atribuições e vencimentos compatíveis com o anteriormente ocupado.

II. A nomeação é forma de provimento originário, dependendo de aprovação em concurso público de títulos.

III. A reversão, configurada pelo retorno do servidor ao mesmo cargo que ocupava e do qual foi demitido, quando a demissão foi anulada administrativamente ou judicialmente, é forma de provimento derivado.

IV. A readaptação é o reaproveitamento de servidor em outro cargo, em razão de uma limitação física que ele venha a apresentar.

V. Trata-se de provimento derivado a promoção de um servidor de uma classe para outra, dentro de uma mesma carreira, assim ocorre a vacância de um cargo inferior e o provimento em um cargo superior.

Sobre as afirmativas, é **CORRETO** afirmar que

- a) apenas I, II e III estão corretas.
- b) apenas IV e V estão corretas.
- c) apenas II e III estão corretas.
- d) apenas III está correta.
- e) apenas I e III estão corretas.

48. A Lei 8.112/90 é o Regime Jurídico dos Servidores Públicos e prevê

- a) que apenas os servidores civis da União estão vinculados às regras previstas.
- b) que é requisito básico para investidura em cargo público a aptidão física e mental.
- c) que apenas brasileiros natos podem acessar os cargos públicos no país.
- d) que a investidura em cargo público ocorrerá com o efetivo exercício.
- e) que os cargos públicos são providos apenas em caráter efetivo.

49. É vedado ao servidor público, de acordo com o Código de Ética, Decreto 1.171/94:

- a) Exercer atividade profissional ética ou ligar o seu nome a empreendimentos.
- b) Ser reto, leal e justo, demonstrando toda a integridade do seu caráter, escolhendo sempre, quando estiver diante de duas opções, a melhor e a mais vantajosa para o bem comum.
- c) Usar do cargo ou função para obter favorecimento para o bem comum.
- d) Usar de artifícios para procrastinar ou dificultar o exercício regular de direito por qualquer pessoa, causando-lhe dano moral ou material.
- e) Utilizar os avanços técnicos e científicos ao seu alcance ou do seu conhecimento para atendimento do seu mister.

50. É uma regra deontológica prevista no Código de Ética - Decreto 1.171/94, **EXCETO**:

- a) A remuneração do servidor público é custeada pelos tributos pagos por todos, à exceção dele próprio, e por isso se exige dele, como contrapartida, que a moralidade administrativa se integre no Direito, como elemento indissociável de sua aplicação e de sua finalidade, erigindo-se, como consequência, em fator de legalidade.
- b) Os atos, comportamentos e atitudes dos servidores públicos serão direcionados para a preservação da honra e da tradição dos serviços públicos.
- c) O trabalho desenvolvido pelo servidor público perante a comunidade deve ser entendido como acréscimo ao seu próprio bem-estar, já que, como cidadão, integrante da sociedade, o êxito desse trabalho pode ser considerado como seu maior patrimônio.
- d) Deixar o servidor público qualquer pessoa à espera de solução que compete ao setor em que exerça suas funções, permitindo a formação de longas filas, ou qualquer outra espécie de atraso na prestação do serviço, não caracteriza apenas atitude contra a ética ou ato de desumanidade, mas, principalmente, grave dano moral aos usuários dos serviços públicos.
- e) Toda ausência injustificada do servidor de seu local de trabalho é fator de desmoralização do serviço público, o que quase sempre conduz à desordem nas relações humanas.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
REITORIA**

Avenida Rio Branco, 50 – Santa Lúcia – 29056-255 – Vitória – ES

27 33577500

CONCURSO PÚBLICO

EDITAL Nº 02/2014

Professor do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico

ÁREA/SUBÁREA/ESPECIALIDADE: 210

DIREITO

FOLHA DE RESPOSTA (RASCUNHO)

Questão	Resposta								
01		11		21		31		41	
02		12		22		32		42	
03		13		23		33		43	
04		14		24		34		44	
05		15		25		35		45	
06		16		26		36		46	
07		17		27		37		47	
08		18		28		38		48	
09		19		29		39		49	
10		20		30		40		50	

Índice de Inscrição: 209
 Área/Subárea/Especialidade: Construção Naval e Pesqueira
 Campus: Piúma

Questão	Resposta								
01	A	11	D	21	A	31	B	41	A
02	D	12	C	22	D	32	C	42	C
03	B	13	E	23	B	33	B	43	A
04	E	14	E	24	E	34	C	44	Anulada
05	C	15	D	25	Anulada	35	D	45	D
06	A	16	C	26	A	36	C		
07	B	17	B	27	Anulada	37	B		
08	D	18	D	28	E	38	D		
09	B	19	C	29	Anulada	39	C		
10	C	20	A	30	A	40	B		

Índice de Inscrição: 210
 Área/Subárea/Especialidade: Direito
 Campus: Barra de São Francisco

Questão	Resposta								
01	B	11	B	21	E	31	E	41	D
02	B	12	B	22	A	32	D	42	D
03	C	13	E	23	C	33	A	43	C
04	E	14	E	24	D	34	C	44	D
05	E	15	C	25	B	35	C	45	B
06	A	16	C	26	A	36	D		
07	B	17	E	27	D	37	C		
08	C	18	D	28	A	38	A		
09	E	19	B	29	C	39	C		
10	E	20	A	30	B	40	D		

Índice de Inscrição: 211
 Área/Subárea/Especialidade: Direito
 Campus: Barra de São Francisco

Questão	Resposta								
01	E	11	D	21	D	31	A	41	E
02	A	12	Anulada	22	A	32	B	42	D
03	C	13	E	23	B	33	B	43	A
04	B	14	A	24	B	34	E	44	D
05	E	15	E	25	C	35	B	45	E
06	C	16	Anulada	26	B	36	Anulada		
07	C	17	Anulada	27	A	37	C		
08	Anulada	18	Anulada	28	A	38	A		
09	B	19	Anulada	29	D	39	D		
10	E	20	Anulada	30	A	40	E		

Índice de Inscrição: 212
 Área/Subárea/Especialidade: Educação
 Campus: Alegre

Questão	Resposta								
01	A	11	A	21	D	31	E	41	B
02	B	12	C	22	C	32	C	42	A
03	C	13	E	23	B	33	E	43	E
04	E	14	D	24	D	34	C	44	E
05	E	15	D	25	E	35	C	45	D
06	A	16	B	26	A	36	E		
07	C	17	D	27	B	37	A		
08	B	18	A	28	E	38	E		
09	D	19	B	29	C	39	D		
10	B	20	A	30	E	40	C		